



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Noroeste - Núcleo de Apoio Regional de Arinos

Parecer nº 28/IEF/NAR ARINOS/2022

PROCESSO Nº 2100.01.0054442/2021-16

PARECER ÚNICO**1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL**

Nome: Silvia Luiz Brandão de Souza	CPF/CNPJ: 046.315.336-76	
Endereço Correspondência: Avenida Jose Luiz Adjuto Ap 238	Bairro: Centro	
Município: Unaí	UF: MG	CEP: 38610-064
Telefone: (38)999269901	E-mail:liliane_sjp@hotmail.com	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

 Sim, ir para item 3 Não, ir para item 2**2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL**

Nome:	CPF/CNPJ:	
Endereço:	Bairro:	
Município:	UF:	CEP:
Telefone:	E-mail:	

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Projeto de Assentamento São Miguel Lote 57	Área Total (ha): 19,8867
Registro nº (se houver mais de um, citar todos):	Município/UF: Unaí-MG

Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3170404-C1EB.4192.47C9.49C3.AF51.3EBA.E365.9C5F

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de Cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo.	9,00	ha

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de Cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo.	9,00	ha	23K	334201	8235330

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Pecuária	Pastagem	9,00

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado	Cerrado Típico		9,00

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha de Floresta Nativa	Uso interno no imóvel ou empreendimento	54,00	m ³

1.HISTÓRICO

- Data da formalização: 05/10/2021
- Data da Vistoria: 27/10/2021
- Apresentação de Informações Complementares: 03/12/2021
- Data da emissão do parecer técnico: 05/01/2022

2.OBJETIVO

É objeto deste parecer é a analise da solicitação Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem

destoca, para uso alternativo do solo de 9,00 hectares para pastagem para pecuária extensiva

3.CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENDIMENTO

3.1 Imóvel rural:

O imóvel denominada Projeto de Assentamento São Miguel Lote 57 , está localizado no município de Unaí - MG e possui uma área total de 20,25 ha equivalente á 0,31 módulos fiscais, a propriedade está inserida no bioma cerrado, a intervenção da atividade a ser desenvolvida com a supressão, corresponde com a modalidade não passível de licenciamento.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

Foi realizado o Cadastro ambiental Rural da propriedade sob os nº. MG-3170404-C1EB.4192.47C9.49C3.AF51.3EBA.E365.9C5F, ocorre diferença aceitável entre a área declarada e a área obtida no sistema de georreferenciamento do CAR, mas a diferença é aceitável e está condizente com a realidade da propriedade.

- Área total do Assentamento indicada no CAR: 4.895,7355 há
- Área total do lote 57 indicada no CAR: 20,25 há
- Área de Reserva legal coletiva Proposta no CAR: 2.036,5455 há ou (41,60 %);
- Área de Preservação Permanente indicada no CAR: 581,8625 ha;
- Área de uso antrópico consolidado indicado no CAR: 1.956,5616 ha.

- Situação da área de reserva legal:

- (x) A área está preservada: 2.036,5455 ha
() A área está em recuperação: 0,0 ha
() A área deverá ser recuperada: 0,0 ha.

- Formalização da Reserva Legal:

- (x) Proposta no CAR () Averbada () Aprovada e Não Averbada.

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

- (x) Dentro do próprio imóvel;
() Compensação em outro imóvel rural de mesma titularidade;
() Compensada em imóvel rural de outra titularidade.

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal:

A área de Reserva Legal está disposta em 10 (dez) fragmentos dentro do empreendimento.

- Parecer Sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria realizada. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente possui mais de 20% de Reserva Legal.

As áreas de reserva legal estão preservadas e forma ligações com outras áreas de vegetação nativa.

4.INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo 09,00 hectares para pastagem, para pecuária extensiva, está inserida no bioma cerrado e não encontra-se antropizado.

Foram identificadas espécies protegidas por lei, espécimes de pequizeiro (*Caryocar brasiliense*) na área requerida para supressão e segundo a Lei nº. 20.308 de 27 julho de 2012, Art. 2º, Inciso III e art.3º que corrige Os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.743, de 15 de dezembro de 1988, só permite a supressão dos pequizeiros “em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio, quando a manutenção de espécime no local dificultar a implantação de projeto agrossilvipastoril, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente”.

Taxa de Expediente: Análise Supressão de Cobertura Vegetal Nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do R\$ 524,55

Taxa florestal: Taxa referente à: 54 m³ de Lenha de Vegetação Nativa R\$ 298,17

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23112524

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade Natural:

O local de intervenção encontra-se com 94% Alta e 06% média.

- Prioridade para conservação da flora:

A propriedade encontra-se em sua totalidade como muito baixa para conservação da flora.

- Prioridade para conservação Biodiversitas:

A área de supressão encontra-se em sua totalidade como área extrema prioritárias para conservação.

- Unidade de Conservação:

A propriedade não está inserida em unidades de conservação e não está inserida em área de amortecimento de Unidade de Conservação.

- Área Indígenas ou quilombolas:

A propriedade está fora de área indígenas e/ou quilombolas.

A propriedade não está inserida em área de conflito pelo uso de água

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

Conforme o resultado gerado no simulador de enquadramento na DN COPAM nº217/2017, para uso alternativo do solo de 9,00 hectares para a atividade de pecuária, esta atividade se enquadra nas modalidades de licenciamento não passível.

4.3 Vistoria realizada:

No dia 27 de outubro de 2021 foi realizada a vistoria técnica no Projeto de Assentamento São Miguel Lote 57 no Município de Unaí-MG, com intuito de verificar o requerimento do processo SEI **2100.01.0054442/2021-16** para a Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo em 9,00 ha, para pastagem.

Foi verificado a área requisitada para a supressão de 9,00 hectares, a área não encontra-se antropizada e sua tipologia é de cerrado típico, a área tem a presença de pequizeiros conforme observado em vistoria.

Parte da área requisitada para supressão foi incendiada, cujo incêndio teve origem na rodovia próximo a área da propriedade.

Pode-se verificar a existência de Anta na região requerida, onde pode-se verificar a existência de pegadas recente.

A área de Reserva Legal encontra-se em condomínio para todos os assentados do projeto de assentamento São Miguel.

4.3.1 Características físicas:

Topografia: A topografia do empreendimento, na área requerida varia de suave ondulada a plana.

Solo: Na área do empreendimento predomina o Neossolos Litólico Distrófico típico - RLd3 e Latossolo Vermelho-Amarelo Distrófico - LVAd1.

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: A área de supressão está inserida no bioma cerrado típico, com presença de pastagem.

- Fauna: Mastofauna (veado mateiro, veado catingueiro, tatu, raposa, soim, morcego, anta) Avifauna (anú branco, anú preto, andorinha doméstica, beija-flor, carcará, queroquero, siriema, urubú, de cara preta, ema, garça entre outros)

Herpetofauna (cobra coral, cascavel, gibóia, jararaca).

4.4 Alternativa técnica e locacional:

Não foi apresentado alternativa técnica e locacional entendendo que a forma que causaria o menos impacto ambiental seria esta apresentada.

5. ANÁLISE TÉCNICA

A Intervenção com Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo de 9,00 hectares para formação de pastagem para pecuária extensiva, está inserida no bioma cerrado e não se encontra antropizado.

Será utilizada a área de pastagem extensiva de forma que não será necessário a supressão dos pequizeiros, onde os mesmos não serão dificultadores para implantação do projeto para pecuária, uma vez que os próprios pequizeiros servirão como sombreamento para gado.

O Lote 57, referente a esta solicitação, possui uma área total 20,25 hectares equivalente á 0,31 módulos

fiscais e a área total do Projeto de Assentamento São Miguel Possui uma área de 4.935,90 hectares e 1.202,50 hectares de Reserva Legal coletiva (apresentado como proposta no CAR) que representa 24,36%do total do empreendimento.

A área indicada no CAR para Reserva Legal é da tipologia de cerrado típico, está preservada e forma corredores ecológicos com outros fragmentos de vegetação nativa na propriedade e com as propriedades vizinhas.

Sugere-se o deferimento do pedido de supressão de 9,00 hectares, mantendo todos os pequizeiros presentes na área requerida.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção abrangem a área do empreendimento e seu entorno, afetando direta ou indiretamente o meio ambiente, sendo:

Impactos no meio físico – revolvimento, compactação, exposição do solo, erosão superficial e modificação da paisagem, alteração da qualidade da agua pelo carreamento de sólidos, emissão de material particulado.

Mitigação – adotar programas de conservação de água e solo, agilizar a cobertura do solo.

Impacto no meio biótico – retirada de vegetação, aumento do efeito de borda, perda de habitat' para a fauna, perda de biodiversidade e aumento de stress da fauna.

Mitigação – prevenção ao fogo, resgate de animais e soltura nas APP's e reserva legal do empreendimento, controle de caça, medidas de prevenção de incêndio e construção de aceiros, forçação de corredores ecologicos.

Sugerimos adoção de técnicas conservacionistas de solo, para o controle de erosão. das áreas de preservação permanentes e reserva legal do empreendimento.

Meio sócio econômico – aumento da produção de alimentos, através da produção de carne, leite e proporcionando geração de emprego.

6.CONTRÔLE PROCESSUAL

Fica dispensada a realização de Manifestação Jurídica por parte do Núcleo de Controle Processual-NCP, conforme previsão contida no Art.44, inciso II do Decreto Estadual nº 47.892 de 23 de março de 2020, o qual estabelece o regulamento do Instituto Estadual de Florestas, assim:

Art. 44 – O Núcleo de Controle Processual tem como competência coordenar a tramitação de processos administrativos de competência da unidade regional do IEF, bem como prestar assessoramento às demais unidades administrativas em sua área de abrangência, respeitadas as competências da Procuradoria do IEF, com atribuições de:

II – realizar, quando solicitado pelo Supervisor Regional, o controle processual dos processos administrativos de intervenção ambiental de empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento ambiental simplificado ou não passíveis de licenciamento ambiental, de forma integrada e interdisciplinar, bem como dos demais processos administrativos de interesse do IEF.

Diante do exposto, a fim de dar maior celeridade quanto ao procedimento de análise, estando a possibilidade de dispensa acoberta pela legislação mencionada, determino o prosseguimento do feito.

7.CONCLUSÃO

Somos pelo DEFERIMENTO da solicitação de supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo de 9,00 hectares para implantação de pastagem para pecuária extensiva, cuja volumetria total é de 54 m³ para aproveitamento como lenha para uso interno na própria Projeto de Assentamento São Miguel Lote 57 de propriedade da Sra. Silvia Luiz Brandão de Souza, no município de Unaí- MG, mantendo todos os pequizeiros presentes na área requerida.

Cabe esclarecer que a Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade do Noroeste, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta autorização, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto à eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável (is) e/ou sua(s) responsável (is) técnica(s).

Ressalta-se que esta autorização em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis, regularização ambiental e outorga pelo uso da água.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade do Noroeste, tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

8.REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

- () Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal
 () Formação de florestas, próprias ou fomentadas
 () Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

9.CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Fica proibido o corte de pequizeiro (<i>Caryocar brasiliense</i>) na área requisitada para supressão de vegetação nativa.	Sem definição de prazo.
2	Realizar o cercamento na área de pastagem, para evitar a entrada de animais domésticos (Bovinos, equinos, muares, ovinos ou caprinos e etc.) nas área de Reserva Legal e áreas de Preservação Permanente.	180 dias após emissão do AIA.
3	Retificar o Cadastro Ambiental Rural - CAR, contemplando a atualização da área consolidada, de Remanescente de vegetação.	30 dias após emissão do AIA.

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC () SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Nilson Alexandre Garcia

MASP: 118.0559-5

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

DESPENSADO



Documento assinado eletronicamente por **Nilson Alexandre Garcia**,
Servidor (a) Público (a), em 04/03/2022, às 07:50, conforme horário
oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222](#),
de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?
 acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o
código verificador **42707893** e o código CRC **F829C16A**.